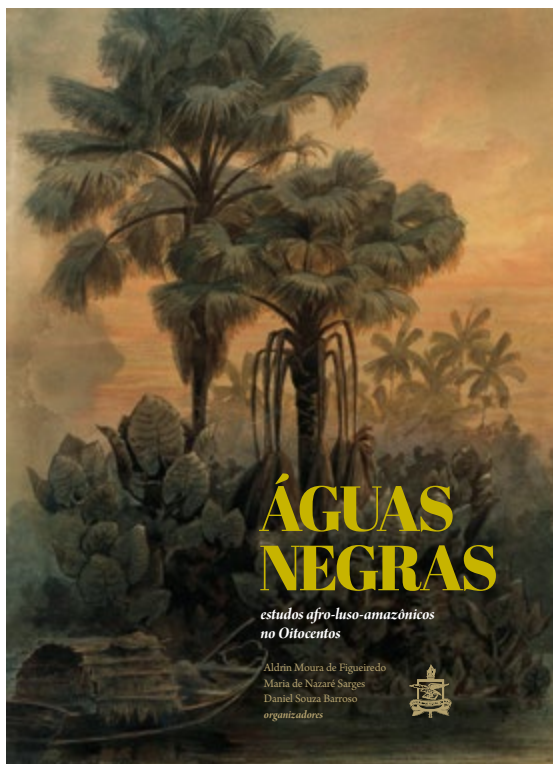


ENTRE AS ÁGUAS NEGRAS: O RACISMO NAS AMAZÔNIAS¹ OITOCENTISTAS

Jane Felipe Beltrão

Universidade Federal do Pará - Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Programa de Pós-Graduação em Direito

submissão: 05.04.2022 aprovação: 13.09.2022



Figueiredo, Aldrin Moura de; Sarges, Maria de Nazaré e Barroso, Daniel Souza (Orgs.). 2021. *Águas Negras: estudos afro-luso-amazônicos no Oitocentos*. Belém: UFPA/Cátedra João Lúcio de Azevedo.

Para pessoas negras, no século XIX nas Amazônias, o desafio era viver, ou melhor “poder viver”, pois grande parte das pessoas eram escravizadas e constituíam-se em grupos vulnerabilizados, integrando nos oitocentos o cenário de

agruras dos/as escravizados/as, pois a liberdade, mesmo para pessoas conhecedoras de ofícios especializados, era um sonho distante. Quando o sonho da alforria era conquistado, mesmo assim muitas desconfianças pairavam sobre a compra da liberdade pelos negros/as, além de ficarem à mercê de fraudes, já que as elites compostas pelos/as senhores/as não se conformavam com vida dos/as libertos/as.

A coletânea chamada apropriadamente de “Águas Negras”, organizada por Aldrin Figueiredo, Nazaré Sarges e Daniel Barroso, descortina, de muitas formas, o movimento de africanos/as nos mundos luso-amazônicos deixando entrever a lealdade entre os/as elites brancas contra os/as negras que lutavam contra a violência e buscavam liberdades.

Parafraseando Sidney Chalhoub (1990), muitas são as “visões da liberdade” e de cerceamento registradas a partir de diversos/as agentes sociais - escravizados/as ou não - diligentemente feitas pelos/as 15 autores/as que, de acordo com as suas competências e interesses acadêmicos percorreram os livros de viagens, as sociedades beneficentes e artísticas, a literatura da época; o teatro das peças às pastorinhas - encenações de época natalina, muito populares; e a música indo da ópera em busca de serenateiros.

¹ Refiro-me às Amazônias, sempre no plural, para demarcar a diversidade étnico e racial que se espria pelos territórios de maneiras singulares conferindo especificidades múltiplas aos espaços sociais e as suas gentes (Beltrão & Lacerda 2017). Para fins da resenha, tomo as “gentes de cores” como se chamavam as pessoas africanas, indígenas e seus descendentes no século XIX, sem deixar de lado os portugueses que na obra são os lusos, sempre tentando homogeneizar os afro-amazônicos, pois não conseguem pensar para além dos filtros universais. E os espaços sociais nos capítulos da coletânea são os da casa, da rua, das matas e também dos palcos aqui e alhures.

A coletânea é estruturada em cinco eixos. O primeiro trata das Identidades que, nas Amazôniaas, são muitas e, portanto geram diferenças que, na maioria das vezes, provocam conflitos permanentes entre as identidades étnicas e racialmente diferenciadas, produzidas pelos coletivos para si, não conferem com as identidades atribuídas por terceiros, pois essas “instituídas” pelas elites brancas, são atravessadas pelo racismo que transforma negros e negras em seres inferiores, não humanos, pois as identidades de matriz africana afastam-se dos padrões universalistas que as elites têm em conta como adequadas. As identidades heterônomas possuem marcas de exclusão social que terminam em uma sucessão de violências contra as pessoas negras.

O caso de Generalda é emblemático, muito do que diz Bárbara Palha repercute nas sociabilidades escravas estudadas por Laurindo Júnior. Na sequência, em “Cor e Liberdade” tanto Oscar de la Torre como Aldrin Figueiredo e Matias Brandão discutem a repercussão da cor em termos de trabalho e associativismo, esse último como forma de negros e negras se protegerem dos/as poderosos/as. Creio que a questão da chamada “crioulização ambiental” merece aprofundamento, pois De La Torre vê o processo de maneira otimista, penso que precisaria investir na agência dos escravizados. No caso das associações, elas são importantes para compreender como os/as trabalhadores/as conseguiam enfrentar os problemas como acidentes, doença, desemprego e morte. Essas possibilidades de beneficência indicam a articulação de classe

que perdura até a criação dos institutos que reuniram trabalhadores por categoria e consolidaram os alicerces da previdência no Brasil.

“Viagens e Viajantes”, terceiro eixo da obra, traz dois capítulos essenciais para entender o lugar das pessoas negras nos mundos amazônicos, Michelle Queiroz e Daniel Barroso escolheram Filipe Patroni e seus escritos para tratar do racismo das elites brancas que o paternalismo parece encobrir e transforma o protagonista da cena em um homem “dividido” entre dois mundos.

Patrícia Alves-Melo oportuniza, aos/as leitores/as, a partir dos registros da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira, o silêncio sobre o trabalho de Luís Alexandrina e Trajano, especialistas cujos conhecimentos possibilitaram a infraestrutura necessária aos/as patrões/patroas, como refere a autora “... a Amazônia foi [é] um lugar privilegiado para [o] exercício ... de descoberta, nomeação e catalogação ...” (Alves-Melo 2021: 131) tanto pela exuberância da natureza, como pela diversidade étnico-racial. Entretanto, ainda hoje, muitos estudiosos olvidam seus colaboradores mais importantes. A recuperação dos profissionais de outrora aponta para a importância do conhecimento tradicional. Sem os conhecedores da *Ciência do Concreto*, como quer Claude Lévi-Strauss (1990), a dita ciência feita nas Academias perderia muitos registros, os/as “ajudantes de cientistas” são figuras centrais do conhecimento nas Amazôniaas. Daí decorre a importância do registro de Alves-Melo.

No “Palco e nas Letras”, quarto eixo da obra, Anna Coelho discute a literatura por-

tuguesa em voga, usada no texto como chave para compreensão das culturas amazônicas, especialmente porque a tentativa das elites era “civilizar” as pessoas na Amazônia, afinal, a vida sem os/as autores/as portugueses/as parecia não fazer sentido. Afinal, a “brasilidade” ou a “amazonidade” precisava aproximar-se da Europa, caso contrário, segundo as propostas vigentes no século XIX, a miscigenação não “melhoraria a raça”. O registro que faço, consegui ver nas entrelinhas do texto, mas a autora evitou a análise do ponto de vista da colonialidade, hoje indispensável para compreensão do racismo à brasileira.

O capítulo assinado por Sílvia de Souza sobre o modo de ler “Ódio de Raça”, de Francisco Gomes de Amorim, faz uma descrição sobre os trabalhos do autor e o pouco sucesso de suas obras sobre Belém em Lisboa. O tal drama trata de “... ‘gente de todas as cores’ e condições sociais diferentes, além do ódio de uma ‘raça’ em relação à outra, atribuído pelo autor à miscigenação propiciada pela escravidão [considerada mais humanizada].” (Souza 2021: 179). A autora contextualiza o escritor português que “perambulou” pelos espaços amazônicos, mas não abandonou seu olhar eurocêntrico e “sarpantado” de um universalismo que inferioriza as pessoas negras. Souza deveria ter revelado o avesso da obra que traz consigo o desprezo colonial ao falar de Amazonas.

Sílvia Rodrigues, no capítulo que escreve, se consome com a ópera, traço de suposto refinamento das elites paraenses, enriquecidas pelo

ciclo da borracha, preocupa-se com os artistas negros e com a escassez de trabalhos sobre eles. Usa a pena para apresentar Crispim do Amaral, artista de múltiplas facetas, que usou de suas artes ou do seu “pincel de ébano” para enfrentar o racismo cotidiano e resistir, uma vez que foi figura de proa no plano da cena teatral oitocentista. Imagino que para as elites, sua ousadia passava dos limites, mas talentoso obrigou os racistas à convivência consigo. No texto, há descrição de tipos físicos de pessoas negras, registro que permite aos/as leitores/as lerem sobre os valores da heteroidentificação. O preço pago por Crispim do Amaral foi a tentativa de apagamento da autoria da obra emblemática relativa à pintura do pano de boca do *Theatro da Paz*, que ainda hoje causa polêmica, pois silencia a atuação do negro na história do teatro por pessoas brancas que a todo custo tentavam mostrar as influências europeias e as encomendas feitas a artistas estrangeiros, como se as ditas encomendas afiançassem o sonhado desenvolvimento civilizatório. Entre os protagonistas do “ato final” contra o artista negro esteve Paulo Ricci e outros intelectuais paraenses.

Chego ao quinto eixo da coletânea e escuto a sonoridade dos acordes finais dos dois últimos capítulos, Nazaré Sarges, João Gomes e Laura Silva dão conta do burburinho que se instalava em Belém entre o final do ano - às vésperas do Natal - e o Dia de Reis -- em 6 de janeiro - para tanto, percorrem anúncios de jornal, analisam os cardápios dos comensais abastados, o sonho da loteria dos/as pessoas que, pela desigualdade, não conseguem acesso aos bons restaurantes e

tampouco aos “gêneros de primeira necessidade”, como se dizia à época. Falam das companhias que se apresentavam no Theatro da Paz e, também, passeiam pela cidade em busca de presépios e pastorinhas. Os/as autores/as não se deram conta de que, ao concordar com Vicente Salles, que apontara Belém como uma “cidade eminentemente portuguesa” endossaram a tese da universalidade e, de alguma maneira, deixaram de apresentar mais e melhor os folguedos populares.

Maurício Costa traz a sonoridade dos serenateiros, pessoas negras que tocavam e cantavam pelas ruas da cidade e que, muitas vezes, eram tomados como autores/as de confusão e promotores/as de imoralidade. O autor comprova a tese que desposa, a qual informa que as elites impuseram processos de “moralização” às classes trabalhadoras que sofrem com as cruzadas de “difamação” empreendidas por seus/suas oponentes na cidade de Belém. Há no noticiário local “ataques” a todo e quaisquer estilos de música que se afastasse das expressões musicais eruditas. Os trechos das críticas feitas aos músicos negros registram o racismo vigente à época. E o autor encerra o texto afirmando:

... a demarcação do popular em termos festivos e musicais, em oposição a cultura erudita, correspondia nitidamente à fronteira de classe social. Músicos negros, mestiços, e portugueses sem posses eram alvos costumeiros da repressão policial e de acusações de imoralidades. A diferença importante entre eles era que sobre negros e mestiços pesava particularmente a imputação de inferioridade racial. (Costa 2021: 268).

Considero que a coletânea, ao reunir historiadores/as experientes associados/as aos/às jovens recém-doutores/as, apresenta aos/as leitores/as, como se faz História nas Amazôniaas, dissipando as bobagens que, como amazônidas, se ouve diuturnamente.

Li e aprendi bastante com os capítulos da obra, peço permissão para dizer que ao apontar as ausências e requerer maior debate, desejo ver a continuidade dos estudos feitos a partir da Cátedra João Lúcio de Azevedo. Conhecer as Amazôniaas é preciso!

REFERÊNCIAS

Beltrão, Jane Felipe; Lacerda, Paula Mendes. 2017. *Amazôniaas em tempos contemporâneos: entre a diversidade e adversidades*. Brasília/Rio de Janeiro: ABA/Mórula. <http://www.aba.abant.org.br/publicacoes/>.

Chalhoub, Sidney. 1990. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras.

Lévi-Strauss, Claude. 1970. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Nacional. pp. 19-55.